

Rasgando o Véu Maçônico: das Sombras às Luzes

Valéria Rizo de Abreu
Graduada em História na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
E-Mail: valeria.rizo@hotmail.com

Palavras-chave: Maçonaria. Beneficência. Modernização. Sociabilidade.

Falar sobre a maçonaria é enveredar por narrativas¹ que perpassam por diversos mitos, é desvendar num mar de simbolismo o que se aproxima da realidade, é deparar-se com ideias impregnadas do imaginário que em vários momentos podem nebulizar à percepção do real, neste sentido a narrativa historiográfica não excluem o mito como representação, eles se entrelaçam.

Assim é percebida a maçonaria em Jacobina, discreta e reservada aos seus membros e na maioria das vezes associada à reprodução do imaginário que busca remontá-la através de lendas, rituais e ocultismo. Imaginário este aguçado pela tradição maçônica de reservar sua discricção em relação a seus ritos somente aos homens que pertencem à Ordem. Esta dificuldade em se desvencilhar do contexto lendário e imaginário é também percebido ao tentar reportar-se a origem maçônica, fato este que contribui para certo preconceito em relação ao tema, dificultando um maior alargamento das pesquisas, na medida em que muitos a consideram irracional, sendo que:

Seria uma tarefa vã querer precisar o momento de fundação da maçonaria, uma vez que suas origens se perdem em um passado povoado de mitos e lendas, remontado ao rei Salomão e outros personagens do velho Testamento, a começar de Adão, apontado em algumas versões como o primeiro maçom (AZEVEDO, 1994, p. 180).

Apesar das divergências, grande parte dos historiadores² concordam que a maçonaria, como hoje a conhecemos, é herdeira das corporações de ofício surgidas durante a Idade

¹ Trata-se de uma maneira de organizar os fatos que não se encarrega apenas de contar a trama, mas que procura também a partir de uma subjetividade compreendê-la. Ver VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História; Compreender a Trama*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

² É possível destacar entre eles, Alexandre Mansur Barata, Guilherme Costa, que é historiador e maçom, Célia Marinho Azevedo, Pe. Jesuíta José Ferrer Benimelli, também maçom, entre outros que se dedicam a pesquisar a ordem.

Média. Estas eram formadas por pedreiros, mestres que detinham grandes habilidades e saberes arquitetônico. Estes tesouros humanos vivos³ procuravam proteger seus saberes passando por geração ao longo dos anos, estando assim, alguns símbolos maçônicos relacionados com sua origem: o martelo, esquadro, compasso, a trolha e o prumo, como a designação de Deus como Supremo Arquiteto do Universo (G.A.D.U.).

Segundo o historiador Alexandre Mansur Barata, a Escócia seria precursora da maçonaria moderna, por ser uma das primeiras a apresentar o enfraquecimento das corporações de ofício desde o século XVI e por seus conceitos associados a mitos, lendas e rituais se fundirem a aspectos do pensamento renascentista, porém, caberá a Inglaterra a tarefa de no século XVII, introduzir algumas inovações e adaptações, com intuito de adequá-la ao clima intelectual do pensamento Iluminista, impulsionando a instituição a adotar o caráter progressista com ideias de fraternidade, igualdade, tolerância e razão (BARATA, 2006, p. 27).

A inserção da maçonaria no Brasil é retratada a partir da virada do séc. XVIII, para o séc. XIX, quando estudantes, comerciantes e funcionários públicos ao se dirigirem a Europa, entram em contato com ideias maçônicas e acabam por se iniciarem na ordem. Estes, ao regressarem, se reúnem e tentam difundir essas ideias no Brasil (BARATA, 2006, p. 64). Assim, a concepção maçônica aparece atrelada aos ideais modernos, o que representava a Europa para os letrados do Brasil que para lá se dirigiam.

Na historiografia brasileira há algumas divergências em relação à primeira loja instalada no território. Alguns historiadores trazem a fragata francesa *Larcher*, ancorada em princípios de julho de 1797 na Bahia, como local das primeiras reuniões. No entanto, a primeira loja devidamente regular, isto é, filiada a um Oriente⁴ foi à loja *Reunião* em Niterói, cidade do Rio de Janeiro em 1801, sendo filiada ao Oriente da Ilha da França (COSTA, 1993, p. 25-26).

No Estado da Bahia, a loja mais antiga regularizada e conhecida, reporta-se a *Virtude e Razão*, instalada em Salvador no ano de 1802, filiada ao Grande Oriente Lusitano, que depois de um breve período de interrupções em suas atividades, recomeça seus trabalhos em 1807 sob o título de *Virtude e Razão Restaurada* (COSTA, 1999, p. 43).

As lojas brasileiras filiavam-se ao Oriente francês ou lusitano até o momento em que as lojas *Comércio e Artes*, *União e Tranquilidade* juntamente com a *Loja Esperança de*

³ Segundo Regina Abreu, na obra, *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, tesouros humanos vivos se referem às pessoas que detém o saber de como fazer algo que pode ser considerado patrimônio nacional.

⁴ Oriente é uma potência devidamente reconhecida com poderes para orientar os trabalhos de lojas filiadas.

Niterói, no ano de 1922 fundam o Grande Oriente do Brasil (GOB)⁵, o qual será o primeiro Oriente brasileiro a direcionar os trabalhos das lojas no Brasil.

Oficialmente, a loja maçônica *Fraternidade Jacobinense* se instalou na cidade de Jacobina em primeiro de janeiro de 1944, sob a jurisdição da Grande Loja da Bahia (GLEB)⁶, fundada por iniciativa de maçons que frequentavam a loja *União e Fraternidade Bonfinense*. Esses fundadores chamados de “Homens de Bons Costumes” representavam parte da elite Jacobinense. Estes senhores que detinham poder de representação no meio social por exercer funções que demandavam influência e prestígio na cidade, fundam em 1944, a *Loja Maçônica Fraternidade Jacobinense*. A princípio, as reuniões eram realizadas nas casas dos próprios maçons, posteriormente na Sociedade dos Artistas de Jacobina e, finalmente, no prédio sede, localizado à Rua Alice Barros Figueiredo⁷(O TERCEIRO GRAU, 2006).

Ao propor o estudo da primeira década da instituição maçônica, período este que, abarca sua instalação oficial na cidade em 1944, à suposta conclusão do prédio sede em 1956, faz-se necessário, *a priori*, destacar a conjuntura no qual se encontrava a cidade.

No início do século XX, Jacobina também denominada de “*Cidade do Ouro*”, em referência a descoberta e a extração dos aluviões no século XVII e de sua exploração nos anos seguintes pelas empresas mineradoras, encontra-se situada na região central do Estado da Bahia, ao Norte da Chapada Diamantina, a 330 quilômetros de Salvador, tornando-se um grande município da província da Bahia, devido aos resquícios da exploração aurífera que dinamizou as atividades comerciais, convergindo-se num centro de abastecimento de bens e serviços para os pequenos povoados e cidades vizinhas, cenário este que, impulsionará a elite local a defender a modernização da típica cidade rural (SANTOS, 2001, p. 36).

Falar da modernização é decifrar os símbolos que procura satisfazer o homem na modernidade, compreendida como um período que visa o rompimento com a tradição em busca do progresso. É a substituição da fé pela razão, do antigo pelo novo, definida inicialmente como um conjunto de ideias que desponta no final do século XV com o Renascimento, mas que ganhará as características conhecida atualmente com o advento da Revolução Francesa, da Revolução Industrial e do desenvolvimento do capitalismo, propondo a emancipação do homem pela ciência. A modernidade assinala uma época; designa, ao

⁵ GOB, Estado maior ou corporação superior do governo maçônico circunscrito a um só país ou Rito, podendo abranger também vários países ou uma federação, agrupando diversos Ritos.

⁶ Gleb, Grande Loja da Bahia, designa obediência estadual fundada em 22 de maio de 1927, através das Lojas União e Segredo, Filhos de Salomão, Fidelidade e Benevolência, Força e Justiça. Disponível em: <www.goeb.com.br/>. Acesso em: 05 abr. 2008.

⁷ *O terceiro Grau*, Boletim informativo, n. 17, p. 22, 2006. Foi fundado em 20 de fevereiro de 2002, na cidade de Jacobina, mantida por contribuições dos irmãos maçons e da Loja Fraternidade Jacobinense.

mesmo tempo, a força que age nessa época e que a aproxima da antiguidade (BENJAMIM, 1991, p. 80).

A ideia de modernização remodelada aos interesses da elite buscava o encontro aos símbolos modernos e o romper com os laços de uma cidade rural, ocasionando várias transformações em Jacobina. A instalação da estrada de ferro da Linha Centro Sul da 4ª Divisão Operacional da Leste, que ligava a cidade de Bonfim a Piritiba, e acabava por passar em Jacobina em 1920, será um grande símbolo que contribuiu para o desenvolvimento desse projeto de modernização, ao passo em que, o trem facilitava as transformações econômicas, realizando o transporte de mercadorias e pessoas, permitia também uma maior circulação de ideias e costumes vivenciados pelos grandes centros como Salvador, Porto Alegre e Rio de Janeiro, contribuindo, tanto para o desenvolvimento econômico como cultural da cidade. “A gare era o porto das novidades que chegavam: mercadorias, ideias e gente nova. Com o tempo, torna-se local de passeio e de paquera, para onde corriam as moças que esperavam a chegada da locomotiva” (O LIDADOR, 1935, p. 38).

O discurso de modernização na cidade é abraçado pela classe dominante, sendo a figura do coronel Galdino César de Moraes um grande personagem que em seu discurso primará pelo progresso da cidade, fazendeiro, que se dedicara a carreira pública, aos 37 anos de idade recebeu a patente de coronel pelas mãos do Presidente da República, Prudente de Moraes, devido a seu destaque de liderança na vida pública, diferenciando-se de outros coronéis que adquirira a patente através da compra. No ano de 1926, desfrutando de grande prestígio local e estadual, assumindo pela segunda vez a intendência da cidade, sendo citado como um homem progressista, letrado e com grande poder de persuasão. Destacam-se em sua administração várias obras de urbanização, porém, as que mais repercutiram em sua carreira pública remontam à instalação do telégrafo, que facilitava a articulação de Jacobina com os grandes centros, juntamente com a criação da Companhia Força e Luz em 1924, permitindo o fornecimento de água e a produção de energia elétrica para iluminar parte da cidade (MURITIBA, 1997, p. 50-51).

Ao proporcionar a eletricidade, grande símbolo da modernidade, à cidade estava mais próxima ao modelo de civilizada, pois agora podia possibilitar uma maior comodidade e conforto a uma parte da população Jacobinense, visto que este símbolo do progresso não estava ao alcance de todos. Além do centro da cidade, onde postes com lâmpadas de gases foram substituídos, poucos foram os cidadãos que puderam arcar com as despesas para instalar energia elétrica em suas residências, constituindo assim, a eletricidade, símbolo de poder e de exclusão social, à medida que é descrito pelo prefeito no Livro de Relatório da

Prefeitura, no ano de 1949, quando a Companhia já havia sido vendida para a prefeitura, uma notificação aos cidadãos, tornando-os ciente sobre a impossibilidade da prefeitura em arcar com as despesas das instalações de redes elétricas particulares, sendo de responsabilidade dos próprios que desejassem desfrutar de luz em suas residências.

Através da obra que traz luz à cidade, o Coronel Galdino incorpora à imagem do herói no imaginário popular, o semióforo, aquele que é capaz devido a seu poder e influência, ser representado por valores que não pode ser medido somente por sua materialidade, mas também, por sua força simbólica, podendo ser-lhe atribuído várias significações (CHAUI, 2000, p. 13).

Na preocupação com a estética da cidade, o poder público tenta remodelar os hábitos e costumes da população local, preocupados em inseri-los aos moldes de uma cidade que busca a modernização, um modelo dito civilizado. Nesta perspectiva, em 1933, o prefeito Reynaldo Jacobina, reformulará o Código de Posturas, por acreditar que o atual já não podia atender as necessidades que a sociedade neste momento necessitava, como também, atualizar as multas impostas a quem infringisse os ditos códigos. O ato de submeter à população a um Código de Postura deixa evidente que a mesma não se encaixava no perfil que as autoridades públicas desejavam, sendo este perfil popular constantemente criticado pela imprensa local, que denunciava o limiar entre os costumes vividos principalmente pelas pessoas de baixa renda e o discurso de modernização defendido pela classe dominante.

Na década de 30, a cidade encontrava-se repleta de construções sem planejamentos, fachadas em condições precárias, animais transitando soltos pela cidade, lavadeiras de roupas trabalhando em área central, como também práticas que abalavam a moralidade cristã da elite, pessoas embriagadas transitando livremente pela cidade, práticas de batuques, sambas e sortilégios, que segundo noticiava a imprensa, poderiam depreciar a imagem pública da cidade diante dos visitantes e dos comerciantes que por esta viessem a transitarem.

A imprensa terá um papel importante na divulgação deste discurso, a princípio com o jornal *O Lidador*, que chega a cidade em 1933, sendo transferido de Mundo Novo por Nemésio Lima, que ao se instalar em Jacobina se colocará como porta-voz do progresso, vindo em 46 a se iniciar na ordem maçônica, estando ligado às elites locais, principalmente ao coronel Rocha Pires, a quem não poupa palavras para enaltecer. Na década de 50, quando já não circulava mais *O Lidador* na cidade, *O Vanguarda*, vindo de Feira de Santana, seguirá na tarefa de legitimação do discurso modernizador, para tal, se prestava a denunciar as práticas que entendia não condizerem com o ideal de modernização. Apesar de ser instrumento vinculador das ideias da classe dominante, fazia duras críticas às autoridades locais para que

intensificasse sua vigilância aos atos identificados como de contravenção, perante este contexto, talvez como forma de fazer oposição ao grupo político de Rocha Pires que administrava a cidade neste período.

As constantes notas de protestos nos jornais deixam transparecer que este discurso de modernizar a cidade não contagiava todos os cidadãos. As lavadeiras permaneciam lavando suas roupas no rio próximo ao centro, pessoas ainda insistiam em criar e transitar pela cidade com seus animais assim como os constantes banhos públicos no rio Itapecurú-Mirim. Se posicionando a respeito o jornal:

O progresso há de entrar, queira ou não os amigos do passado e os seus raios não de queimar tudo que fede a atraso, tarefa essa que já teve início há tempo...Uma cidade bem cuidada não comporta costumes de roça (O LIDADOR, 1936, p. 2).

Essas contradições geradas pela modernidade foram identificadas em outras cidades por alguns artistas e filósofos, como o poeta Baudelaire na Paris do século XIX, onde retratou em suas poesias uma crítica as contradições provocadas pelo processo de urbanização que a cidade foi submetida. Segundo Walter Benjamin (1991), este dirigia suas críticas às mudanças sociais que passaram a influenciar na vida da sociedade e aos valores estéticos empregados, descreveu também o progresso como uma ideia grotesca e traiçoeira, sendo perceptível na maioria das vezes pelo seu desenvolvimento tecnológico, esquecendo-se das implicações morais (BENJAMIM, 1991, p. 81).

Assim, procurando atender aos objetivos das classes dominantes que tencionavam inserir Jacobina aos moldes de uma cidade moderna, a *Loja Maçônica Fraternidade Jacobinense* instalada por esta mesma elite, usaram de várias estratégias para difundir os conceitos de uma maçonaria que zela pelo progresso da humanidade e pela fraternidade ao próximo.

As questões sociais foram um grande elemento dos quais se ocuparam parte dos trabalhos maçônicos, também denominados de ações filantrópicas ou beneficência. Outra preocupação maçônica se destinou à educação, desde o primeiro ano de instalação é identificada na Ata das reuniões a intenção de abrir uma escola, mesmo antes de se conseguir adquirir um espaço próprio para a loja, o que acabou se concretizando no ano 1953, a primeira sala de aula foi edificada no povoado de Itapicuru e mais tarde na cidade, no próprio prédio sede, ainda em construção, transformando o espaço que seria destinado a uma biblioteca, em salas de aula.

A *Escola de Ensino Fundamental Fraternidade Jacobinense* era destinada a alunos das famílias carentes, funcionava com a parceria entre a loja e o governo Estadual, que se encarregava de pagar os salários das professoras. Coube à maçonaria arcar com as despesas do espaço, fornecer aos alunos uniformes e material escolar, vindo a ser a primeira escola na cidade a providenciar a merenda escolar para os estudantes.

Porém, na gestão do Governador Antônio Balbino, ocorreu um desentendimento em relação às nomeações das professoras, quando o governador decidiu que as mesmas deveriam ser selecionadas por concurso, a maçonaria não abrindo mão das indicações, decidiu, em 1956, por fechar as escolas por tempo indeterminado. Antônio Balbino exerceu o cargo de Governador da Bahia de 1955-1959, sendo eleito com a ajuda das oligarquias interioranas, evidenciando ainda resquícios da política dos governadores, prática esta que atingiu o ápice durante a República Velha. Ao assumir o governo, direcionou seus investimentos na área do desenvolvimento industrial, seguindo o contexto político nacional, onde o presidente Jk adotava uma política desenvolvimentista no país, favorecendo a crescente burguesia nacional, colocando os interesses oligárquicos do interior para segundo plano.

Alguns autores como Célia Marinho Azevedo (1994), aponta esta rede sistemática de filantropia como um meio de buscar concretizar a utopia da fraternidade maçônica universal, na medida em que seguiam construindo e reforçando laços de clientelismo. Marco Morel (2008) por sua vez, relaciona a criação de escolas como um instrumento utilizado para a divulgação de suas ideias e formação de mentes, ao passo que seguiam combatendo os discursos conservadores e antimaçônicos divulgados pela igreja católica, a educação tornou-se um meio de estreitar os laços entre a instituição e as camadas menos favorecida da sociedade (MOREL; SOUZA, 2008, p. 188).

Percebe-se que a prática da filantropia, juntamente com a mobilização pedagógica praticada pela *Loja Maçônica Fraternidade Jacobinense*, encontra-se também associada a meios de criar redes de poder e laços de clientela, uma vez que incorporava às suas práticas, os costumes e a ideia do progresso civilizatório propagados juntamente com os valores maçônicos aos cidadãos-clientes, à medida que procurava combater uma imagem negativa difundida pela igreja católica sobre a ordem.

As práticas culturais também tinham o caráter de aproximar as famílias maçônicas, sendo que os bailes, os almoços e os jantares oferecidos pela loja representavam à tentativa de estreitar suas relações. Estando assim, a maçonaria a se entrelaçar na sociedade, constituindo

um espaço de sociabilidade⁸, que adquiria várias funções sociais, abarcando as dimensões econômicas, filantrópica, educativa, política e cultural.

O pertencer à maçonaria e participar das suas ações era algo que seduzia muitos homens na cidade, com as mais variadas motivações este espaço seguia recebendo em seu ambiente uma pluralidade que abarcaram juízes, comerciantes, fazendeiros, jornalistas, médicos, funcionários públicos, entre outros, que em sua maioria dedicavam-se a política e via neste espaço, oportunidade de uma nova ordem social onde todo profano⁹ aceito passava a ser considerado irmão, proporcionando, portanto, um estreitamento nas relações sociais entre os membros. À medida que estando a loja maçônica na cidade associada ao prenúncio do progresso, de acordo com algumas literaturas maçônicas seus integrantes adquiririam o caráter de agentes iluminados que passavam a ver a luz, uma vez que deveriam ter suas ações pautadas no racionalismo científico em prol do progresso da humanidade, se tornando os esclarecidos, percebendo nesta comparação a ideia de superioridade maçônica em relação aos não iniciados que permaneciam nas sombras. O pertencimento à maçonaria inseria o iniciado a uma rede de auxílio e proteção mútua que se espalha além fronteira nacional, o que era favorável para a classe que visava ascensão e visibilidade na cidade, como por exemplo, os pequenos comerciantes.

Sintetizando, a maçonaria, possuía a capacidade de despertar em vários cidadãos um sentimento de pertencimento a uma elite intelectual, que se fundava sobre o discurso de modernidade baseado no conceito de união, perfeição, fraternidade e igualdade, se constituindo uma escola de virtudes.

Ao empreender este estudo acerca da implantação da loja maçônica, na década de 40 e 50, das estratégias utilizadas por estes para se inserir na sociedade e sua relação com o discurso de modernização da cidade, foi possível entender que a loja maçônica *Fraternidade Jacobinense* refletia as práticas e ideias dos sujeitos que a compunham naquele momento, sendo associado aos conceitos e simbolismos maçônicos. Havendo uma interação entre o particular e o universal, contribuindo neste sentido para a transformação de um espaço público urbano que se tencionava modernizar.

À medida que este se tornava uma alternativa de sociabilidade, estando ligada à ideia de modernidade, progresso e ascensão social entre a elite, seguia seduzindo a classe

⁸ Sociabilidade compreendida a partir do artigo de marco Morel (2008), “Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do séc. XIX”, como um meio pelos quais as pessoas se relacionam entre si de modo a gerar maior interação, absorvendo hábitos, costumes e regras característicos de seu grupo.

⁹ Profano na linguagem maçônica designa todo homem que não foi iniciado na ordem, ou seja, o não maçom.

privilegiada economicamente que ansiava por pertencer a este espaço. Procurando utilizar dos trabalhos sociais como meio para construir uma imagem positiva junto aos cidadãos locais, uma vez que a igreja católica procurava associar a maçonaria a práticas ocultas como meio de depreciá-la, além de que para parte dos cidadãos da cidade, ter uma loja maçônica representava que esta estava se civilizando, principalmente aos olhos dos visitantes que por esta passavam.

Fontes

O LIDADOR. Jacobina, 07 set. 1935, p. 38.

O LIDADOR. Jacobina, 02 ago. 1936, p. 2.

O TERCEIRO GRAU. Boletim informativo. Jacobina, n. 17, p. 22, 2006.

Referências

AZEVEDO, Célia Marinho de. Maçonaria: história e historiografia. *Revista USP*, São Paulo, n. 32, p. 178-189, 1996-1997.

BARATA, Alexandre Mansur. Sociabilidade Maçônica e Independência do Brasil (1820-1822). In: ISTVÁN, Jancsó (Org.). *Independência: historia e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. 1. ed. São Paulo; Juiz de Fora: Annablume-EDUFJF-FAPESP, 2006.

BENJAMIM, Walter. *Charles Baudelaire um Lírico no Auge do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTA, Frederico Guilherme. *Breves Ensaios Sobre a História da Maçonaria Brasileira*. Londrina: ed. A Trolha, 1993.

_____. *A Maçonaria e Emancipação do Escravo*. Londrina: Ed. A Trolha, 1999.

JESUS, Zeneide Rios de. *Eldorado Sertanejo: Garimpos e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940)*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MURITIBA, Itamar Reis et al. *O Coronelismo na Chapada Diamantina e Piemonte (1880-1930)*. Jacobina: Santa Cruz Artes Gráficas/UNEB-FFPJ, 1997.

OLIVEIRA, Sara Farias. *Enredos e Tramas nas minas de ouro de Jacobina*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SANTOS, Vanicléia Silva. *Sons, danças e ritmos: a Micareta em Jacobino-Ba (1920-1950)*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História: Compreender a Trama*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora kneipp. 2. ed. Brasília (DF): Universidade de Brasília, 1982.